

1- Informações Gerais
Identificação do Empreendedor

Nome/ Razão Social		
Logradouro		
Bairro	Município	CEP
Telefone	FAX	
CNPJ	E-mail	
End. para correspondência		
Bairro	Município	CEP
Contato – Nome		
Telefone para contato	E-mail	

Identificação do Consultor

Nome/ Razão Social		
Logradouro		
Bairro	Município	CEP
Telefone	FAX	
CNPJ	E-mail	
End. para correspondência		
Bairro	Município	CEP
Contato – Nome		
Telefone para contato	E-mail	

2- Características do Empreendimento
Caracterizar as instalações portuárias quanto aos aspectos de localização e de infraestrutura, descrevendo as principais instalações e equipamentos existentes e em implantação, bem como os dados estimados que caracterizem a operação do empreendimento.
Instalações portuárias com obras iniciadas antes da publicação desta Decisão de Diretoria deverão ser devidamente caracterizadas no âmbito deste Relatório de Regularização Ambiental (RRA) de tal forma que todas as informações cabíveis sejam inseridas em cada item constante da lista a seguir.
- Apresentar o Memorial de Caracterização do Empreendimento (MCE) para instalações portuárias de granéis.
- Apresentar, em foto aérea ou imagem de satélite, na escala de 1:10.000 ou maior e resolução de 1 m ou maior detalhe, a localização do empreendimento, contendo a delimitação dos limites patrimoniais da área da Instalação Portuária e o uso e ocupação do solo no entorno imediato, incluindo:
- Corpos d'água;
- Áreas ambientalmente protegidas (Unidades de Conservação e Zonas de Amortecimento, Áreas Proteção de Mananciais, Zoneamento Ecológico Econômico, áreas tombadas, comunidades tradicionais etc.);
- Projetos localizados;
- Equipamentos de infraestrutura (linhas de transmissão de energia, dutovias, etc.); e
- Malha rodoviária e ferroviária.
- Descrever as características, dimensões e capacidade instalada dos principais componentes da Instalação Portuária e apresentar, em foto aérea ou imagem de satélite, escala 1:2.000 ou maior, a delimitação da área da Instalação Portuária e o layout das instalações e equipamentos, tais como:
- Estruturação dos serviços da instalação portuária (transporte, movimentação e manutenção, serviços de gestão, acabamento da produção, serviços de informação);
- Armazéns, galpões, silos, pátios, etc;
- Acessos terrestres e ligações rododiferenciadas (por exemplo: sistema viário, ferroviário e faixas de infraestrutura);
- Equipamentos de transferência, carga/descarga e armazenagem;
- Instalações de embarque e desembarque (por exemplo: plataformas, esteiras, guindastes, pátios, tubulações, moegas, empilhadoras);

- Equipamentos de movimentação de carga (por exemplo: tratores, correias transportadoras, rosca sem fim, pátios);
- Elementos de apoio operacional (por exemplo: abastecimento, manutenção, reparação e estacionamento de veículos);
- Instalações administrativas;
- Sistemas viários internos;
- Utilidades (por exemplo: geração e alimentação de energia, telecomunicações, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos; geração, separação, armazenamento, e tratamento de resíduos); e
- Elementos de proteção ambiental (por exemplo: dispositivos de controle de poluição atmosférica, aspersores, estruturas para contenção de vazamentos, etc.).
- Informar a capacidade operacional, além de mapeamento e layouts dos seguintes componentes:
? Acessos marítimos;
- Cais, píeres e dársenas;
- Bacias de evolução;
- Berços;
- Calado; e
- Equipamentos portuários (por exemplo: tubulações; portêineres; transtêineres; empilhadeiras e guindastes).
- Descrever o objetivo funcional da Instalação Portuária (concentrador de produção, beneficiador, distribuidor) e suas principais operações usuais, tais como recepção da carga, pesagem de controle, carregamento e descarregamento, classificação do produto, reagrupamento, controle de qualidade, prétratamento físico, químico ou biológico, armazenagem, controle de qualidade, etiquetagem, embalagem e empacotamento, retirada para embarque, contrapesagem e controle, manejo e carregamento.
- Apresentar os tipos de cargas movimentados na Instalação Portuária, como carga geral (sacaria, engradados, caixotes e caixas), granéis sólidos (minerais ou agrícolas), granéis líquidos, granéis gasosos, contêineres, cargas frigoríficas e outros.
- Especificar os tipos de cargas perigosas que poderão ser movimentadas na instalação portuária e sua localização prevista, incluindo sistema de contenção, controle e segurança operacional utilizados.
- Descrição dos modais de recebimento e de expedição dos produtos.
- Apresentar quadro resumo das características do empreendimento utilizando-se dos indicadores e respectivas unidades listadas a seguir.

Características da operação da Instalação Portuária de Granel		
Indicador	Valor	Unidade
Área total		ha
Área construída		ha
Área de armazenagem		ha
Tipologia de carga		texto
Capacidade de transbordo		t/dia
Capacidade de movimentação anual		t/ano
Capacidade de armazenagem		t
Movimento de granel sólido		t/ano
Movimento de granel líquido		m³/ano
Capacidade de atracções		navios/ano
Berços		nº de berços
Calado do canal de acesso		m
Movimento ferroviário		t/ano
Movimento rodoviário		t/ano
Movimento dutoviário		m³/ano
Movimento hidroviário		t/ano
Tráfego gerado pela operação		veículos/dia
Estacionamento de caminhões		nº de vagas
Consumo de água		m³/hora
Consumo de energia elétrica		kWh/mês
Geração de efluente		m³/hora
Geração de resíduos sólidos		t/mês
Mobilização de mão de obra		nº trabalhadores

3- Identificação e Avaliação de Passivos e Impactos Ambientais
Identificar eventuais passivos e impactos ambientais da fase de operação do empreendimento, relativos a:
- Áreas degradadas
- Identificar áreas com focos de erosão, movimentos de massa e assoreamento.
- Apresentar Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (por exemplo, contendo medidas de correção dos processos erosivos existentes, melhoria do sistema de drenagem pluvial e cobertura vegetal de áreas com solo exposto).
- Impermeabilização do solo
- Avaliar impactos da impermeabilização do solo (picos de cheia e capacidade de infiltração e escoamento das chuvas).
- Apresentar medidas mitigadoras (tais como, manutenção da permeabilidade do solo e implantação de sistema de drenagem pluvial apropriado, incluindo reservatório para abatimento dos picos de vazão).
- Alterações na qualidade do ar
- Apresentar o inventário de fontes. Descrever e caracterizar cada fonte, informar as suas emissões dos poluentes regulamentados (MP, NOx, SOx, COVs e Hidrocarbonetos Totais não metanos) e as formas de controle das mesmas.
- As emissões geradas em todas as fontes deverão ser caracterizadas, individualmente, qualitativa e quantitativamente em kg/h, t/ano e mg/Nm³, base seca e o seu percentual de oxigênio, se for uma fonte de combustão.
- Deverão ser apresentadas as características dos sistemas de exaustão e chaminés (diâmetro interno e altura).
- Apresentar, de forma detalhada, as emissões de carregamento e descarregamento dos produtos armazenados, os tipos de modais, seus sistemas de exaustão e os respectivos equipamentos de controle.
- Apresentar um Programa de Controle e Monitoramento da Poluição Atmosférica.
- Alterações na qualidade do solo e água subterrânea
- Apresentar Avaliação Preliminar de Áreas Contaminadas de acordo com o definido no "Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas" em conformidade com a Decisão de Diretoria 103/2007/C/E da Cetesb "Procedimento para Gerenciamento de Áreas Contaminadas", de 22-06-2007 (publicada no D.O. de 27/06/07), a qual pode ser consultada no endereço eletrônico da Cetesb.
- Interferência nos recursos hídricos
- Avaliar impactos na qualidade das águas e conflitos nos usos das águas a jusante.
- Apresentar medidas mitigadoras (tais como, redução do consumo de água, controle de efluentes, etc.).
- Apresentar as outorgas de uso da água.
- Geração de efluentes
- Informar sobre a quantidade gerada de efluentes líquidos industriais resultantes da operação do empreendimento em m³/dia;
- Informar sobre a quantidade gerada de efluentes líquidos que contenham óleos e graxas em sua composição provenientes de oficinas mecânicas e equipamentos em m³/dia;
- Informar sobre a quantidade gerada de efluentes domésticos nas dependências do empreendimento, ou seja, nas áreas de apoio (administrativa, refeitórios, sanitários, vestiários, ambulatório, laboratório, etc.) em m³/dia;
- Descrever os sistemas de tratamento de águas residuárias industriais, águas que contenham óleos e graxas em sua composição e de efluentes domésticos, com informações sobre a eficiência e capacidade de tratamento e disposição final dos efluentes, etc.;
- Informar sobre o armazenamento dos resíduos resultantes dos sistemas de tratamento de efluentes, as medidas adotadas para coleta dos mesmos e as formas de tratamento, destinação e disposição adequadas para as condições futuras de operação;
- Informar sobre o corpo receptor dos efluentes industriais e domésticos;
- Apresentar planta do sistema de drenagem de águas pluviais, indicando canaletas, bueiros, caixas de passagem e pontos de descartes.
- Geração de resíduos sólidos
- Apresentar os dados quantitativos e qualitativos de geração de resíduos sólidos durante a operação do empreendimento e avaliar os respectivos impactos ambientais associados.
- Apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, conforme preconiza a Política Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos, o qual deverá contemplar as seguintes diretrizes:
- As fontes geradoras de resíduos sólidos deverão ser identificadas e caracterizadas;
- Os resíduos sólidos gerados nessas fontes deverão ser quantificados, classificados e caracterizados quantitativa e qualitativamente em conformidade com a Resolução Conama 313/02 e Norma ABNT NBR 10.004/04;
- As informações sobre armazenamento, as medidas adotadas para coleta e as formas de tratamento, destinação e disposição adequadas deverão contemplar, no mínimo, os seguintes tipos de resíduos: embalagens de agrotóxicos; embalagens de produtos químicos; sucatas ferrosas e não ferrosas; óleo, graxa e resíduos contaminados; resíduos de laboratório; resíduos de ambulatório; baterias automotivas e pilhas; pneus e borracha; papel e papelão; plásticos, vidros e metais; resíduos orgânicos; lâmpadas fluorescentes; lodo sanitário; e
- Detalhar as unidades de armazenamento de resíduos sólidos na empresa e informar sobre a capacidade para utilização e se atendem às normas técnicas de armazenamento ABNT 12.235/92 – Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos e ABNT 11.174/90 – Armazenamento de Resíduos Classe II – não inertes e III inertes.
- Riscos de acidentes
- Caso ocorra armazenamento de substâncias perigosas, aplicar a Norma Cetesb P4.261 – Risco de Acidente de Origem Tecnológica – Método para decisão e termos de referencia.
- Apresentar Plano de Emergência Individual – PEI, em conformidade com a Resolução Conama 398/08.
- Impactos sobre a biota terrestre e aquática
- Informar a situação de atendimento de eventuais Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA firmados e/ou concluídos.
- Informar a situação de atendimento de eventuais programas de manejo ou de monitoramento da fauna terrestre ou aquática em andamento e /ou concluído.
- Apresentar, para empreendimentos instalados em zona rural, Averbação de Reserva Legal, ou Termo de Compromisso de Instituição de Recomposição ou de Compensação da Reserva Legal, ou proposta de averbação de Reserva Legal correspondente ao imóvel rural sede da instalação portuária, devidamente assinada por profissional habilitado, com a delimitação das áreas a serem averbadas em planta.
- Impactos na infraestrutura viária e no tráfego
- Apresentar a estimativa do Volume Diário Médio – VDM decorrente da operação do empreendimento, e avaliar os impactos sobre o sistema viário resultantes do aumento do tráfego de veículos, comparando a demanda gerada com a capacidade das vias.
- Apresentar medidas mitigadoras (estruturais, como a execução de novos acessos, ou melhorias na malha viária e/ou operacionais como um Programa de Controle de Tráfego devidamente aprovado pela autoridade competente, com medidas

de gerenciamento dos períodos de recebimento e despacho de cargas, sinalização, etc.).
- Alterações no uso e ocupação do solo no entorno
- Avaliar as potenciais alterações no uso e ocupação do solo no entorno do empreendimento em função da atração de mão de obra. Avaliar também potenciais deteriorações nas áreas residenciais do entorno do empreendimento por eventuais incômodos causados pelo tráfego, ruídos e emissões atmosféricas.
- Propor medidas mitigadoras (tais como, controle de poluição, Programas de Capacitação para inserção da mão de obra do entorno, parcerias com poder público local e regional para regramento da ocupação e adoção de ações voltadas à melhoria de qualidade estética e ambiental das áreas de entorno do empreendimento).
- Ruído e vibrações
- Apresentar a caracterização das fontes de ruídos e vibrações na operação do empreendimento e das unidades correlatas.
- Apresentar o Programa de Controle e Monitoramento de Ruído e Vibração.
- Proliferação de pragas e vetores
- Avaliar potencial de proliferação de pragas e vetores decorrente da fase de operação do empreendimento.
- Apresentar Programa de Controle de Proliferação de Pragas e Vetores.
- Interferências sobre o patrimônio cultural
- Avaliar e mapear, em foto aérea ou imagem de satélite, patrimônios culturais (arqueológico, arquitetônico, histórico, urbanístico, paleontológico) presentes na área do empreendimento e se tombado na esfera federal, estadual e municipal, suas respectivas legislações específicas, áreas envoltórias e manifestação do órgão responsável, quando couber.
Para a instalação portuária de granel sólidos, deverão ser previstas as seguintes medidas de mitigação e controle dos impactos:
- Os equipamentos deverão ser dimensionados para atender ao critério de melhor tecnologia prática disponível;
- O carregador de navios deverá ser provido de sistema de controle de particulados durante o carregamento de navios, sendo que o tubo telescópico e o seu sistema de controle de particulado atenda a 100% da operação;
- As operações de carregamento do navio deverão, independentemente do tipo de equipamento, possuir sistema de ventilação local exaustora (SVLE) e equipamento de controle de poluição atmosférica (ECP) que atendam ao critério de melhor tecnologia prática disponível (MTPD);
- O tubo telescópico do carregador de navios deverá ser mantido próximo ao produto, eliminando a passagem de corrente de ar e consequentemente o arraste de produtos;
- O tubo telescópico deverá operar em fluxo de massa, ou outra tecnologia com eficiência igual ou superior, de forma a impedir o espalhamento pela ação da gravidade;
- Implantação de controle de particulados, que atendam ao critério de melhor tecnologia prática disponível, nos pontos de transferência durante as operações de recebimento e expedição de grãos;
- Os pisos de suas áreas de circulação de caminhões deverão possuir pisos que evitem o acúmulo de grãos e possível geração de odor;
- Os granéis sólidos vegetais deverão ser transportados, preferencialmente, em carrocerias rodoviárias metálicas, ambos os equipamentos tipo Hopper (MTPD). No tocante ao uso das carrocerias rodoviárias Hopper deverá ser apresentada uma proposta, acompanhada de cronograma, de adaptação da frota para uso deste tipo de equipamento ou outro tipo de equipamento com eficiência igual ou superior;
- Para descarga de grãos em moegas, as moegas rodoviárias ou ferroviárias devem ser instaladas no interior de galpões cobertos, com laterais fechadas, sem fresta e dotados de sistema de ventilação local exaustora e equipamentos de controle de poluição de forma a não permitir emissões de material particulado para a atmosfera;
- Os galpões de descarga de grãos devem ser dotados de portas automáticas para fechamento após entrada e saída dos caminhões ou vagões. As operações de descarga de granéis sólidos somente poderão ser realizadas com as portas do galpão na posição "fechada" devendo ser previsto dispositivo de intertravamento;
- As esteiras transportadoras devem ser totalmente enclausuradas (sem aberturas para a atmosfera), bem como devem ser dotadas de sistemas internos autolimpantes para reincorporação de resíduos acumulados e de limitadores de carga para o desarme automático da esteira sempre que o limite de transporte seja ultrapassado. Os casos de alegada incompatibilidade da tecnologia exigida com o produto transportado serão avaliados individualmente nos termos do artigo 8º.
- Os pontos de transferências devem ser providos de sistema de ventilação local exaustora e equipamento de controle de poluentes (material particulado) individualizado que atendam aos critérios de melhor tecnologia prática disponível;
- Chapas metálicas, utilizadas para fechamento dos pontos de transferência de esteiras e de elevadores, sujeitas aos impactos de granéis sólidos devem ser revestidas com material resistente a abrasão;
- Movimentações de vagões no interior da Instalação Portuária deverão ser realizadas preferencialmente com veículos de tração sobre trilhos, por sistema hidráulico ou cabos;
- As estocagens de grãos deverão ser efetuadas em silos vedados ou armazéns sem lanternins, dotados de sistemas de controle que impeçam a emissão de material particulado para atmosfera;
- Os recebimentos ou outras movimentações de granéis sólidos no interior dos armazéns devem ser realizados através de equipamento supressor de pó de forma a não emitir poluentes para a atmosfera;
- Quando do carregamento de granéis sólidos em navios, os porões em operação devem ser mantidos de forma a não permitir emissões para a atmosfera, notadamente, nos procedimentos iniciais e finais das operações de carregamento;
- Os veículos de transporte de serviços e, sobretudo, os caminhões e respectivas carretas contratadas pelo empreendimento, ou de frota própria, deverão, antes de sair do empreendimento, passar por eficiente operação de limpeza, de forma a eliminar quaisquer resíduos agregados, passíveis de serem lançados nas vias de trânsito internas ou externas ao terminal;
- As Instalações Portuárias de armazenamento e distribuição de produtos a granéis líquidos e gasosos deverão atender os procedimentos de licenciamento já existentes na data de regularização do empreendimento;
- Em caso de atividades de abastecimento próprio, este deve ser provido dos dispositivos (tanques de parede dupla, sistema de contenção, sistema de monitoramento, etc.) previstos no licenciamento de postos de combustíveis e sistemas retalhistas;
- O RMO é emitido pelas unidades operacionais participantes do Programa para Melhoria da Manutenção de Veículos a Diesel – PMMVD, gerenciado pela Cetesb.
4- Documentação
- Matrícula atualizada do imóvel onde se localiza a instalação portuária ou contrato de concessão/arrendamento.
- Outorgas emitidas pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, conforme Resolução Conjunta SMA-SERHS 01/2005, para captações, lançamentos, barramentos e travessias em corpos hídricos de domínio Estadual, ou pela Agência Nacio-

nal das Águas – ANA, para captações, lançamentos, barramentos e travessias em corpos hídricos de domínio Federal, conforme Resolução ANA 707/04.

- Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro – AVCB.
 - Manifestação da Capitania dos Portos, no que se refere a segurança e compatibilidade do espaço aquaviário, caso haja da instalação portuária movimentação de embarcações.
- ANEXO III
(a que se refere o § 8º do artigo 7º da Decisão de Diretoria 210-A/2017/II/C, de 04-08-2017)
Roteiro para elaboração de Relatório de Regularização Ambiental de Instalações Portuárias de Carga Geral

Trata-se de roteiro básico para orientar a elaboração de Relatório de Regularização Ambiental para o licenciamento ambiental de instalações portuárias de carga geral. Neste roteiro são solicitadas informações características dessa tipologia de empreendimento, devendo ser apresentadas sempre que couber. Todos os dados deverão ser mapeados e georreferenciados, conforme as instruções contidas no capítulo 9 – “Representação Gráfica e Cartográfica” do Manual para Elaboração de Estudos para Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental da Cetesb, aprovado pela Decisão de Diretoria 217/2014/I, 06-08-2014, disponível em: <http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/cetesb/documentos/Manual-DD-217-14.pdf >.

1- Informações Gerais
Identificação do Empreendedor

Nome/ Razão Social		
Logradouro		
Bairro	Município	CEP
Telefone	FAX	
CNPJ	E-mail	
End. para correspondência		
Bairro	Município	CEP
Contato – Nome		
Telefone para contato	E-mail	

Identificação do Consultor

Nome/ Razão Social		
Logradouro		
Bairro	Município	CEP
Telefone	FAX	
CNPJ	E-mail	
End. para correspondência		
Bairro	Município	CEP
Contato – Nome		
Telefone para contato	E-mail	

- 1- Caracterização do Empreendimento
- Caracterizar a instalação portuária quanto aos aspectos de localização e de infraestrutura, descrevendo as principais instalações e equipamentos existentes ou em implantação, bem como os dados estimados que caracterizem a operação do empreendimento.
- Instalações portuárias com obras iniciadas antes da publicação desta Decisão de Diretoria deverão ser devidamente caracterizadas no âmbito deste RRA, de tal forma que todas as informações cabíveis sejam inseridas em cada item constante da lista a seguir.
- Apresentar, em foto aérea ou imagem de satélite, a localização do empreendimento, contendo a delimitação dos limites patrimoniais do terminal.
 - Descrever as características, dimensões e capacidade instalada dos principais componentes da instalação portuária e apresentar, em foto aérea ou imagem de satélite a delimitação do empreendimento e o layout das instalações e equipamentos existentes, tais como:
 - Estruturação dos serviços da instalação portuária (por exemplo: transporte, movimentação e manutenção, serviços de gestão, acabamento da produção, serviços de informação);
 - Armazéns, galpões, pátios, etc;
 - Acessos aquaviários, terrestres e ligações rodoferrviárias (por exemplo: sistema viário, ferroviário e faixas de infraestruturas);
 - Equipamentos de transferência, carga/descarga e armazenagem;

- Instalações de embarque e desembarque (por exemplo: plataformas, esteiras, guindastes, pórticos, tubulações, moegas, empilhadoras);
 - Equipamentos de movimentação de carga (por exemplo: tratores, correias transportadoras, roscasem-fim, pórticos);
 - Elementos de apoio operacional (por exemplo: abastecimento, manutenção, reparação e estacionamento de veículos);
 - Oficinas;
 - Sistemas viários internos;
 - Utilidades (por exemplo: geração e alimentação de energia, telecomunicações, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos; geração, separação, armazenamento, e tratamento de resíduos);
 - Elementos de proteção ambiental (por exemplo: dispositivos de controle de poluição atmosférica, aspersores, estruturas para contenção de vazamentos, etc.);
 - Instalações administrativas;
 - Acessos marítimos;
 - Cais, pieres e dársenas;
 - Bacias de evolução;
 - Berços;
 - Calado; e
 - Equipamentos portuários (por exemplo: tubulações; portêlneres; transtêlneres; empilhadeiras e guindastes).
- Apresentar quadro resumo das características do empreendimento utilizando-se dos indicadores e respectivas unidades listadas a seguir.

Características da Instalação Portuária		
Indicador	Valor	Unidade
Área total		ha
Área construída		ha
Áreas de armazenagem		ha
Tipologia de cargas		texto
Capacidade de transbordo		t/dia
Capacidade de movimentação anual		t/ano
Capacidade de armazenagem		t
Capacidade de contêlneres		TEU
Estacionamento de caminhões		vagas
Características Portuárias		
Berços		nº de berços
Calado do canal de acesso		m
Capacidade de atracções		navios/ano

- Descrever o objetivo funcional da instalação portuária (concentrador de produção, beneficiador, distribuidor) e suas principais operações usuais, tais como recepção da carga, pesagem de controle, carregamento e descarregamento, classificação do produto, reagrupamento, controle de qualidade, pré-tratamento físico, químico ou biológico, armazenagem, etiquetagem, embalagem e empacotamento, retirada para embarque, contrapesagem e controle, manejo e carregamento.
- Apresentar a situação atual e para as ampliações futuras relativas ao empreendimento (se existentes), e descrever os processos desenvolvidos na operação do empreendimento, como:
 - Movimento operacional: informar os tipos de cargas movimentadas (contêlneres, cargas soltas, cargas perigosas, cargas

- vivas etc.), as projeções relativas ao movimento de carga e locais e respectivas capacidades de armazenamento.
 - Movimentação de veículos: estimar a quantidade de caminhões, embarcações e/ou vagões que são atendidos diariamente pelo empreendimento.
 - Manutenção: descrever as atividades de manutenção desenvolvidas para a operação do empreendimento, como manutenção de veículos, embarcações, equipamentos e outros.
 - Consumo de recursos naturais: apresentar os quantitativos de consumo de água, combustíveis (gasolina, GLP, diesel etc.) e energia elétrica. Descrever como é realizado o fornecimento de água e energia elétrica.
- Apresentar quadro resumo das características operacionais do empreendimento utilizando-se dos indicadores e respectivas unidades listadas a seguir.

Características da operação do empreendimento		
Indicador	Valor	Unidade
Movimento de carga geral solta		t/ano
Movimento de contêlneres		TEU/ano
Atracções		navios/ano
Movimento ferroviário		t/ano
Movimento rodoviário		t/ano
Movimento dutoviário		m³/ano
Movimento hidroviário		t/ano
Tráfego gerado pela operação		veículos/dia
Consumo de água		m³/hora
Consumo de energia elétrica		kWh/mês
Geração de efluente		m³/hora
Geração de resíduos sólidos		t/mês
Mobilização de mão de obra		nº trabalhadores

- 2- Caracterização da Área do Empreendimento e de seu Entorno
- Apresentar, sobre foto aérea ou imagem de satélite, em escala 1:25.000 com resolução de 1m ou de maior detalhe, as seguintes informações:
 - Áreas urbanas, rurais e de expansão urbana;
 - Manchas de vegetação (caracterizadas por Bioma e fitofisionomia);
 - Unidades de Conservação Federais, Estaduais ou Municipais (APA, Parques Naturais, Estações Ecológicas, etc.) e respectivas zonas de amortecimento; Áreas de Preservação Permanente – APP, Áreas de Proteção aos Mananciais – APM e Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais – APRM;
 - Infraestruturas (estradas, ferrovias, linhas de transmissão, dutos, etc.);
 - Equipamentos urbanos (escolas, igrejas, postos de saúde, etc.);
 - Rede hídrica;
 - Áreas Protegidas (Tombadas, Indígenas, Quilombolas, Sítios Arqueológicos, patrimônio histórico, cultural e natural, etc.);
 - Atividades econômicas (comércio, mineração, indústrias e etc.), entre outros; ? Sistema viário local.
 - Descrever e mapear, em foto aérea ou imagem de satélite, os processos de dinâmica superficial identificados no seu entorno (limitados a sub-bacia onde estiver situado o empreendimento), como o tipo de escoamento superficial, erosão, inundação, assoreamento de drenagens e escorregamento.
 - Descrever e mapear, em foto aérea ou imagem de satélite, as características da vegetação nativa existente no entorno imediato do terminal (cerca de 100 metros dos limites patrimoniais). Caracterizar e listar a fauna de vertebrados terrestres (mastofauna, herpetofauna e avifauna) por meio de dados bibliográficos (indicar a fonte), destacando-se as espécies endêmicas e aquelas ameaçadas de extinção.
 - Caracterizar e mapear, em foto aérea ou imagem de satélite, a malha viária local, informando as condições atuais de tráfego. No caso das vias rodoviárias, apresentar a hierarquia das vias locais (arteriais, coletoras) situação da pavimentação, volumes diários médios atuais (VDM), capacidade dos sistemas existentes, carregamento no horário médio e de pico, levando em conta o VDM atual, e identificar pontos críticos de fluxo (os “gargalos” viários existentes).
- 3- Identificação e Avaliação de Passivos e Impactos Ambientais
- Identificar eventuais passivos e impactos ambientais da fase de operação do empreendimento, relativos a: Áreas degradadas
- Identificar e mapear, em foto aérea ou imagem de satélite, áreas com focos de erosão, movimentos de massa e assoreamento.
 - Apresentar Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (por exemplo, contendo medidas de correção dos processos erosivos existentes, melhoria do sistema de drenagem pluvial e cobertura vegetal de áreas com solo exposto).
 - Impermeabilização do solo
 - Avaliar impactos da impermeabilização do solo (picos de cheia e capacidade de infiltração e escoamento das chuvas).
 - Apresentar medidas mitigadoras (tais como, manutenção da permeabilidade do solo e implantação de sistema de drenagem pluvial apropriado, incluindo reservatório para abatimento dos picos de vazão).
 - Alterações na qualidade do ar
 - Apresentar o inventário de fontes. Descrever e caracterizar cada fonte, informar as suas emissões dos poluentes regulamentados (MP, NOx, SOx, COVs e Hidrocarbonetos Totais não metanos) e as formas de controle das mesmas.
 - As emissões geradas em todas as fontes deverão ser caracterizadas, individualmente, qualitativa e quantitativamente em kg/h, t/ano e mg/Nm³, base seca e o seu percentual de oxigênio, se for uma fonte de combustão.
 - Deverão ser apresentadas as características dos sistemas de exaustão e chaminés (diâmetro interno e altura).
 - Apresentar, de forma detalhada, as emissões de carregamento e descarregamento dos produtos armazenados, os tipos de modais, seus sistemas de exaustão e os respectivos equipamentos de controle.
 - Apresentar um Programa de Controle e Monitoramento da Poluição Atmosférica.
 - Ruído e vibrações
 - Apresentar a caracterização das fontes de ruídos e vibrações na operação do empreendimento e das unidades correlatas.
 - Apresentar o Programa de Controle e Monitoramento de Ruído e Vibração.
 - Alterações na qualidade do solo e água subterrânea
 - Apresentar Avaliação Preliminar de Áreas Contaminadas de acordo com o definido no “Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas” em conformidade com a Decisão de Diretoria 103/2007/C/E da Cetesb “Procedimento para Gerenciamento de Áreas Contaminadas”, de 22-06-2007 (publicada no D.O. de 27/06/07), a qual pode ser consultada no endereço eletrônico da Cetesb.
 - Interferência nos recursos hídricos
 - Avaliar impactos na qualidade das águas e conflitos nos usos das águas a jusante.
 - Apresentar Programa de Gestão dos Recursos Hídricos, contendo medidas mitigadoras como, redução do consumo de água, controle de efluentes, etc.
 - Apresentar as outorgas de uso da água, se aplicável.
 - Geração de efluentes
 - Informar sobre a quantidade gerada de efluentes líquidos industriais resultantes da operação do empreendimento em m³/dia.
 - Informar sobre a quantidade gerada de efluentes líquidos que contenham óleos e graxas em sua composição provenientes de oficinas mecânicas e equipamentos em m³/dia.
 - Informar sobre a quantidade gerada de efluentes domésticos nas dependências do empreendimento, ou seja, nas áreas de apoio (administrativa, refeitórios, sanitários, vestiários, ambulatório, laboratório, etc.) em m³/dia.
 - Descrever os sistemas de tratamento de águas residuárias industriais, águas que contenham óleos e graxas em sua composição e de efluentes domésticos, com informações sobre a eficiência e capacidade de tratamento e disposição final dos efluentes, etc.
 - Informar sobre o armazenamento dos resíduos resultantes dos sistemas de tratamento de efluentes, as medidas adotadas

- para coleta dos mesmos e as formas de tratamento, destinação e disposição adequadas para as condições futuras de operação.
- Informar sobre o corpo receptor dos efluentes industriais e domésticos.
- Geração de resíduos sólidos
- Apresentar os dados quantitativos e qualitativos de geração de resíduos sólidos durante a operação do empreendimento e avaliar os respectivos impactos ambientais associados.
- Apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, conforme preconiza a Política Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos, o qual deverá contemplar as seguintes diretrizes:
 - As fontes geradoras de resíduos sólidos deverão ser identificadas e caracterizadas;
 - Os resíduos sólidos gerados nessas fontes deverão ser quantificados, classificados e caracterizados quantitativa e qualitativamente em conformidade com a Resolução Conama 313/02 e Norma ABNT NBR 10.004/04;
 - As informações sobre armazenamento, as medidas adotadas para coleta e as formas de tratamento, destinação e disposição adequadas deverão contemplar, no mínimo, os seguintes tipos de resíduos: embalagens de agrotóxicos; embalagens de produtos químicos; sucatas ferrosas e não ferrosas; óleo, graxa e resíduos contaminados; resíduos de laboratório; resíduos de ambulatório; baterias automotivas e pilhas; pneus e borracha; papel e papelão; plásticos, vidros e metais; resíduos orgânicos; lâmpadas fluorescentes; lodo sanitário; e
 - Detalhar as unidades de armazenamento de resíduos sólidos na empresa e informar sobre a capacidade para utilização e se atendem às normas técnicas de armazenamento ABNT 12.235/92 – Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos e ABNT 11.174/90 – Armazenamento de Resíduos Classe II – não inertes e III inertes.
 - Riscos de acidentes
 - Caso ocorra armazenamento de substâncias perigosas, aplicar a Norma Cetesb P4.261 – Risco de Acidente de Origem Tecnológica – Método para decisão e termos de referência.
 - Apresentar Plano de Emergência Individual – PEI, em conformidade com a Resolução Conama 398/08.
 - Impactos sobre a biota terrestre e aquática
 - Informar a situação de atendimento de eventuais Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA firmados e/ou concluídos.
 - Informar a situação de atendimento de eventuais programas de manejo ou de monitoramento da fauna terrestre ou aquática em andamento e/ou concluído.
 - Apresentar, para empreendimentos instalados em zona rural, Averbação de Reserva Legal, ou Termo de Compromisso de Instituição de Recomposição ou de Compensação da Reserva Legal, ou proposta de averbação de Reserva Legal correspondente ao imóvel rural sede da instalação portuária, devidamente assinada por profissional habilitado, com a delimitação das áreas a serem averbadas em planta.
 - Impactos na infraestrutura viária e no tráfego
 - Apresentar a estimativa do Volume Diário Médio – VDM decorrente da operação do empreendimento, e avaliar os impactos sobre o sistema viário resultantes do aumento do tráfego de veículos, comparando a demanda gerada com a capacidade das vias.
 - Apresentar medidas mitigadoras (estruturais, como a execução de novos acessos, ou melhorias na malha viária e/ou operacionais como um Programa de Controle de Tráfego devidamente aprovado pela autoridade competente, com medidas de gerenciamento dos períodos de recebimento e despacho de cargas, sinalização, etc.)
 - Alterações no uso e ocupação do solo no entorno
 - Avaliar e mapear, em foto aérea ou imagem de satélite, as potenciais alterações no uso e ocupação do solo no entorno do empreendimento em função da atração de mão de obra. Avaliar também potenciais deteriorações nas áreas residenciais do entorno do empreendimento por eventuais incômodos causados pelo tráfego, ruídos e emissões atmosféricas.
 - Propor medidas mitigadoras (tais como, controle de poluição, Programas de Capacitação para inserção da mão de obra do entorno, parcerias com poder público local e regional para regramento da ocupação e adoção de ações voltadas à melhoria de qualidade estética e ambiental das áreas de entorno dos terminais).
 - Interferências sobre o patrimônio cultural
 - Avaliar e mapear, em foto aérea ou imagem de satélite, patrimônios culturais (arqueológico, arquitetônico, histórico, urbanístico, paleontológico) presentes na área do empreendimento e se tombado na esfera federal, estadual e municipal, suas respectivas legislações específicas, áreas envoltórias e manifestação do órgão responsável, quando couber.
 - Proliferação de pragas e vetores
 - Avaliar potencial de proliferação de pragas e vetores decorrente da fase de operação do empreendimento.
 - Apresentar Programa de Controle de Proliferação de Pragas e Vetores.
- 4- Programa de Gestão Ambiental da Operação
- Apresentar proposta de Programa de Gestão Ambiental da Operação, detalhado, contemplando os vários subprogramas, planos e medidas indicados anteriormente para a mitigação dos impactos. O Programa deverá contemplar as medidas adequadas para a gestão ambiental responsável da operação do empreendimento nos próximos anos, incluindo geração e disposição de resíduos e efluentes, alteração da qualidade do ar, consumo energético, gerenciamento de riscos ambientais, gestão de recursos hídricos, comunicação social e treinamento dos funcionários. Deverão ser informadas as equipes técnicas responsáveis, as formas de acompanhamento ambiental, incluindo o uso de indicadores ambientais, avaliação das não conformidades e o cronograma de atividades.
- 5- Documentação
- Matrícula atualizada do imóvel onde se localiza a instalação portuária ou contrato de concessão/arrendamento.
- Outorgas emitidas pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, conforme Resolução Conjunta SMA-SERHS 01/2005, para captações, lançamentos, barramentos e travessias em corpos hídricos de domínio Estadual, ou pela Agência Nacional das Águas – ANA, para captações, lançamentos, barramentos e travessias em corpos hídricos de domínio Federal, conforme Resolução ANA 707/04.
- Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro – AVCB.
- Manifestação da Capitania dos Portos, no que se refere a segurança e compatibilidade do espaço aquaviário, caso haja no empreendimento movimentação de embarcações.